

# Dez verdades sobre Dokdo

desconhecidas no Japão



## O Japão afirma que tinha há muito reconhecido a existência de Dokdo como seu território

O reconhecimento por parte do Japão é confirmado por diversos documentos escritos e mapas, como o “Mapa Completo e Revisto das Regiões e Caminhos do Japão” (Kaisei Nihon yochi rotei zenzu, edição de 1846), compilado por Nagakubo Sekisui.

### O que o Japão afirma não é verdade porque...

## o Japão há muito reconheceu Dokdo como território coreano.

O governo japonês apresenta o “Mapa Completo e Revisto das Regiões e Caminhos do Japão (1846)” como prova de que o Japão há muito reconheceu Dokdo como seu território. Contudo, tanto na edição de 1846 deste mapa, como na sua primeira edição, completada em 1799, Dokdo e Ulleungdo estão coloridas de forma diferente do território japonês e localizam-se fora da grade formada pelas linhas de longitude e latitude que delimitam o território japonês. Mais: o texto “Registos da Observação da Província de Oki” (Onshu shicho goki, 1667) inclui uma afirmação que atesta constituírem as ilhas Oki a fronteira noroeste do Japão. Esta afirmação indica que Dokdo ainda não tinha sido reconhecida como território japonês. (Ver Material 1.)

Além disso, existem diversos mapas antigos publicados pelo governo japonês, como o “Mapa das Áreas Costeiras Japonesas” (Dai Nihon en-kai yochi zenzu), completado em 1821 por Ino

Tadataka, que não assinalam Ulleungdo e Dokdo como território japonês. Pelo contrário, o “Mapa Completo de Joseon” (Chosen zenzu), concluído e publicado pelo Gabinete de Aconselhamento da Armada Japonesa em 1876, coloca as duas ilhas no território de Joseon.

Os documentos oficiais do governo japonês mostram também claramente que o Japão não reconhecia Dokdo como seu território antes da anexação ilegal da ilha em 1905. Um relatório escrito por um oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão após ter investigado Joseon, “Inquérito Confidencial sobre as Relações da Coreia com o Japão” (Chosen-koku kosai shimatsu naitansho), datado de 1870, trata de Ulleungdo e Dokdo num capítulo intitulado “Como Takeshima e Matsushima foram incorporadas em Joseon”. Aqui, “Takeshima” refere-se a Ulleungdo, e “Matsushima” a Dokdo. Também este texto mostra que Dokdo era considerada como territó-

rio de Joseon e não como território do Japão. (Ver Material 2.)

Em 1877, o Ministério da Administração Interna do Japão foi consultado sobre se Ulleungdo e Dokdo deveriam ser incluídas no registo de terras da Prefeitura de Shimane. Em resposta, o gabinete mais autoritário do governo da época, o Conselho de Estado (Dajokan), emitiu um parecer onde se lê: “No respeitante à pergunta sobre Takeshima e a outra ilha, deve entender-se que este país [o Japão] nada tem a ver com elas”. Neste pare-

cer, que se baseia na proibição de navegar para Ulleungdo emitida pelo Xógum de Edo em finais do século 17, “Takeshima” refere-se a Ulleungdo, e “a outra ilha” a Dokdo. Alguns estudiosos japoneses afirmam que “a outra ilha” não é Dokdo. No entanto, o “Mapa Simplificado de Isotakeshima” (Isotakeshima ryakuzu), concluído em 1877 e apresentado pela Prefeitura de Shimane ao Ministério da Administração Interna, deixa claro que “a outra ilha” era Matsushima, ou seja, Dokdo. (Ver Material 3.)

### MATERIAL

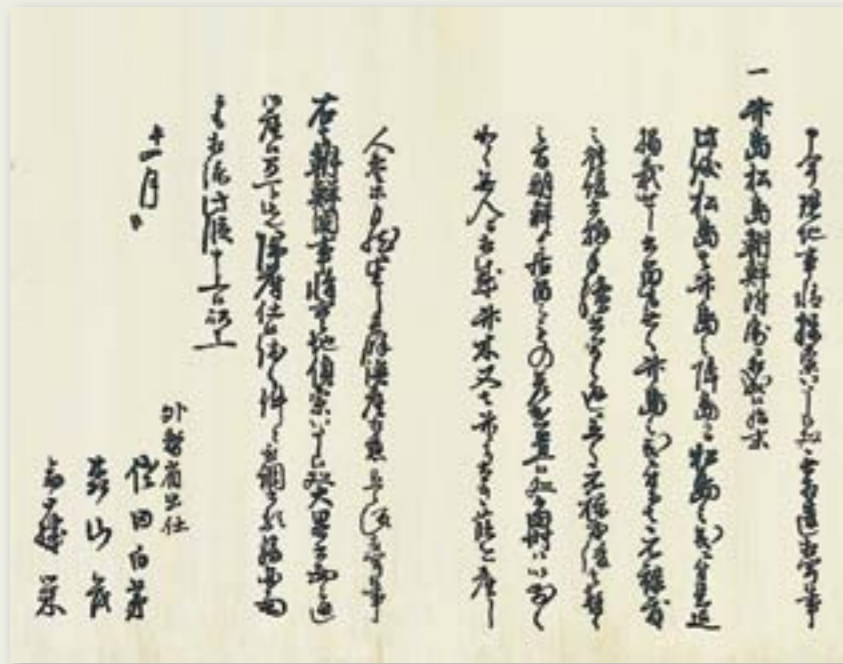
#### 1. “Mapa Completo e Revisto das Regiões e Caminhos do Japão” (Kaisei Nihon yochi rotei zenzu) (1779)



“Ver Koryo [isto é, Joseon] (de Ulleungdo) é como ver Inshu [atualmente ilhas Oki] de Unshu [atualmente Prefeitura de Shimane].”

MATERIAL

2. "Inquérito Confidencial sobre as Relações da Coreia com o Japão" (Chosen-koku kosai shimatsu naitansho), 1870



Como Takeshima (Ulleungdo) e Matsushima (Dokdo) foram incorporadas a Joseon.

"Matsushima [Dokdo] é uma ilha próxima de Takeshima [Ulleungdo]. Não existem registros relativos a Matsushima mas algumas cartas de finais do século 17 incluem comentários relativos a Takeshima [Ulleungdo]. Durante algum tempo, desde o século 17, Joseon enviou gente para residir em Matsushima [Dokdo], mas esta ilha está agora desabitada. Diz-se que tem bambu, canas mais espessas do que o bambu e ginseng. Também se pode pescar. Este relatório baseia-se na nossa investigação no local. De tudo isto daremos conta, juntamente com os nossos documentos de investigação, ilustrações e mapas, depois de regressarmos ao Japão."

A missão diplomática de Sada Hakubo, Moriyama Shigeru e Sato Sakae, abril de 1870

MATERIAL

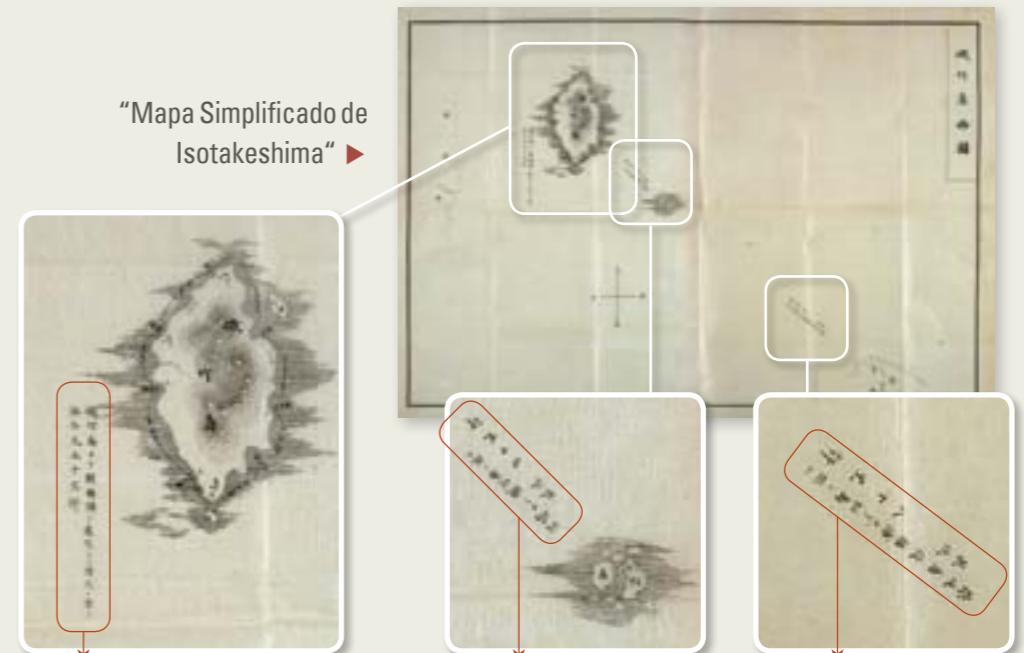
3. Parecer do Conselho de Estado (Dajokan) e "Mapa Simplificado de Isotakeshima" (Isotakeshima ryakuzu), 1877

▼ "Parecer do Conselho de Estado (Dajokan)"



"No respeitante à pergunta sobre Takeshima [Ulleungdo] e a outra ilha [Dokdo], deve entender-se que este país [o Japão] nada tem a ver com elas. 29 de março de 1877"

"Mapa Simplificado de Isotakeshima" ▶



"Joseon situa-se a cerca de 150 ri (ri=league, medida antiga correspondente a cerca de 3 milhas) a noroeste de Isotakeshima [Ulleungdo]."

"Isotakeshima [Ulleungdo] situa-se a cerca de 120 ri a noroeste de Matsushima [Dokdo]."

"Matsushima [Dokdo] fica a 240 ri a noroeste de Fukuura, nas ilhas Oki."

O Japão  
afirma

que não há provas de que a Coreia tenha reconhecido no passado a existência de Dokdo como seu território

A Coreia afirma que Usando é a atual ilha de Dokdo. Contudo, Usando, ou é a mesma ilha que Ulleungdo, ou não existe.

O que o Japão afirma não é verdade porque...

documentos e mapas antigos atestam claramente o reconhecimento de Dokdo pela Coreia.

Em dias de boa visibilidade, Dokdo pode avistar-se a olho nu de Ulleungdo. (Ver Material 4.) Dokdo tem sido historicamente reconhecida como parte de Ulleungdo devido a esta característica geográfica. No Apêndice Geográfico aos Verdadeiros Registos do Rei Sejong (Sejong sillok jiriji, 1545) pode ler-se: "Usan [ou seja, Dokdo] e Mureung [Ulleungdo] estão situadas em pleno mar, a leste deste país. De cada uma de ambas as ilhas pode avistar-se a outra em dias de boa visibilidade, pois não ficam longe. A ilha chamava-se Usan-guk no período Shila e é também conhecida como Ulleungdo." Isto mostra claramente que Dokdo é visível a partir de Ulleungdo e que Usando fazia parte de Usan-guk.

Numerosos documentos históricos emitidos pelo governo coreano, incluindo o Estudo Geográfico Renovado da Coreia (Sinjeung Dongguk yeoji seungnam, 1531), a Compilação de Referência de Materiais sobre a Coreia (Dongguk mu-

nheon bigo, 1770), o Livro das Dez Mil Técnicas de Governar (Mangi yoram, 1808) e a Edição Revista e Alargada da Compilação de Referência de Documentos sobre a Coreia (Jeungbo munheon bigo, 1908), registam que Usando é o mesmo que Dokdo.

Em particular, descrições em documentos, incluídos na Compilação de Referência de Materiais sobre a Coreia ("Yeojigo", em Dongguk munheon bigo), atestando que tanto Ulleung (Ulleungdo) como Usan (Dokdo) fazem parte do território de Usang-guk, e que Usan (Dokdo) é o que o Japão chama Matsushima, indicam claramente que Usando é Dokdo.

Também o "Mapa das Oito Províncias da Coreia" (Paldo chongdo), incluído na Geografia Alargada da Coreia (Sinjeung Dongguk yeoji seungnam), assinala claramente as ilhas de Ulleungdo e Usando [Dokdo] no Mar do Leste (ver Material 5.) A localização não é precisa, mas a presença

das duas ilhas significa que a sua existência já havia sido claramente reconhecida na altura em que este mapa foi traçado. E nos mapas produzidos depois do século 18, incluindo o "Mapa da Coreia" (Dong-guk jido), pode ver-se Usando a

leste de Ulleungdo, mostrando que a localização e a geologia de Dokdo se haviam também tornado mais precisas.

MATERIAL 4. Dokdo visto de Ulleungdo



MATERIAL 5. "Mapa da Coreia"



Este mapa de Joseon encontra-se no início do Estudo Geográfico Alargado da Coreia (Sinjeung Dongguk yeoji seungnam) publicado pelo governo de Joseon. Ulleungdo e Dokdo estão claramente assinaladas no Mar do Leste.

### O Japão afirma que estabeleceu a sua soberania em Dokdo em meados do século 18.

Em 1618, no início do período Edo, as famílias Oya e Murakawa, residentes em Yonago, território de Tottori, receberam autorização do Xógum de Edo para navegar até Ulleungdo. Aí estabeleceram um monopólio de pesca, oferecendo moluscos ao governo Edo. Dokdo foi naturalmente usada como porto de escala a caminho de Ulleungdo e serviu como território de pesca e também de caça de leões-do-mar. Portanto, o Japão estabeleceu a sua soberania sobre Dokdo pelo menos em meados do século 17.

### O que o Japão afirma não é verdade porque...

### o governo do Xógum de Edo e Tottori considerava Ulleungdo e Dokdo como território coreano.

Não é necessária autorização para navegar até ilhas que fazem parte do território nacional. Portanto, a afirmação do Japão demonstra só por si que os japoneses ainda não tinham reconhecido Dokdo e Ulleungdo como território seu.

Num documento japonês de meados do século 17, “Registos da Observação da Província de Oki” (Onshu shicho goki, 1667), pode ler-se que as ilhas Oki constituem a fronteira noroeste do Japão. Isto indica que o Japão não considerava Ulleungdo e Dokdo como seu território.

Quando eclodiram disputas territoriais entre Joseon e o Japão, após o incidente de Ahn Yong-bok, o Xógum de Edo perguntou ao governo de Tottori se havia “outras ilhas sob a sua adminis-

tração para além de Takeshima [ou seja, Ulleungdo].” A resposta do governo de Tottori foi: “mais nenhuma ilha pertence a este território, incluindo Takeshima e Matsushima” – o que demonstra que nem uma nem outra se encontravam sob a sua jurisdição. (ver Material 6.)

Com base nesta resposta, no 28º dia do 1º mês de 1696, o Xógum de Edo emitiu uma lei que proibia a navegação japonesa para Ulleungdo. Portanto, contrariamente ao que o governo do Japão afirma, este país reconheceu Ulleungdo e Dokdo como territórios de Joseon em finais do século 17.



“Takeshima [ou seja, Ulleungdo] não pertence a Inaba e Hoki [ou seja, ao território de Tottori]. Diz-se que Oya Kueemon e Murakawa Ichibe, que eram mercadores de Yonago, em Hoki, foram autorizados a navegar e pescar na ilha por uma carta lacrada quando Matsudaira Santaro administrava a área. Também se diz que algumas pessoas costumavam navegar até à ilha antes desses mercadores, mas não temos informações suficientes sobre isso.

(...)

Mais nenhuma ilha pertence a este território, incluindo Takeshima [ou seja, Ulleungdo] e Matsushima [Dokdo].”



**O Japão afirma que proibiu a navegação para Ulleungdo em finais do século 17, mas não para Dokdo.**

Em 1696, o Xógum de Edo, que considerava Ulleungdo como território pertencente a Joseon, proibiu a navegação para Ulleungdo, mas não para Dokdo. Isto porque, nessa época, o Japão já considerava Dokdo como seu território.

**O que o Japão afirma não é verdade porque...**

**Dokdo, enquanto parte integrante de Ulleungdo, não necessitava de nenhuma proibição em separado.**

Os documentos em posse da família Oya, que costumava navegar para Ulleungdo, contêm afirmações como “Matsushima [Dokdo] em Takeshima [Ulleungdo]” (1660) e “Matsushima [Dokdo] na vizinhança de Takeshima [Ulleungdo]” (1659). Isto mostra que os japoneses já no passado consideravam Dokdo como parte de Ulleungdo.

Tal como o governo japonês afirma, o Japão só usou Dokdo como porto de escala na navegação para Ulleungdo e como território de pesca, e

Dokdo nunca foi um destino final para os barcos japoneses. Portanto, proibir a navegação para Ulleungdo tornava desnecessária uma proibição adicional para navegar até Dokdo. Proibindo a navegação para Ulleungdo, não era necessária outra proibição de navegação para Dokdo em separado. Assim, nada mais natural do que admitir que a proibição de navegação para Ulleungdo emitida em 1696 interditava também implicitamente a navegação para Dokdo.



“Murakawa Ichibe e Oya Jinkichi, mercadores de Yonago, têm navegado e pescado em Takeshima [Ulleungdo] até esta data desde que lhes foi permitido fazê-lo quando Matsudaira Shintaro administrava Inshu e Hakushu. Contudo, a navegação para Takeshima [Ulleungdo] está agora proibida.

28º dia do 1º mês

[Remetentes:] Tsuchiya Sagami no kami, Toda Yamashiro no kami, Abe Bungo no kami e Okubo Kaga no kami

[Destinatário:] Matsudaira Hoki no kami”

## O Japão afirma que o testemunho de Ahn Yong-bok não é fiável

“O testemunho de Ahn Yong-bok, em que a República da Coreia se baseia, contém muitos pontos que contradizem a evidência dos factos e que não fazem parte dos registos japoneses.

### O que o Japão afirma não é verdade porque...

#### o testemunho de Ahn Yong-bok encontra sustentação em documentos coreanos e japoneses.

O trabalho de Ahn Yong-bok no Japão facilitou o desenvolvimento de conversações de estado sobre Ulleungdo entre Joseon e o Japão, tendo eventualmente levado este último país a reconhecer Ulleungdo e Dokdo como territórios coreanos. As pequenas discrepâncias nos registos respeitantes às atividades de mediação de Ahn entre Joseon e o Japão, não justificam a asserção japonesa de que o testemunho de Ahn não é credível.

\* As atividades de Ahn no Japão estão também registadas em importantes documentos governamentais de Joseon como os Verdadeiros Registos do Rei Sukjong (Sukjong sillok), o Diário do Secretariado Real (Seungjeongwon ilgi) e a Compilação de Referência de Materiais sobre a Coreia, bem como em textos japoneses, de que são exemplo os “Registos sobre Takeshima” (Takeshima kiji), os “Excertos do Registo do Contexto da Navegação para Takeshima”

(Takeshima tokai yuraiki basho hikae), a “Cronologia da Província de Inaba” (Inpu nenpyo) e o “Estudo de Takeshima” (Takeshima ko).

No que respeita à segunda visita de Ahn ao Japão em 1696, os Verdadeiros Registos do Rei Sukjong atestam ter ele afirmado a um pescador japonês em Ulleungdo que “Matsushima [ou seja, Dokdo] é Jasando [Dokdo], e é território coreano”, tendo ido ao Japão protestar contra a entrada japonesa na ilha.

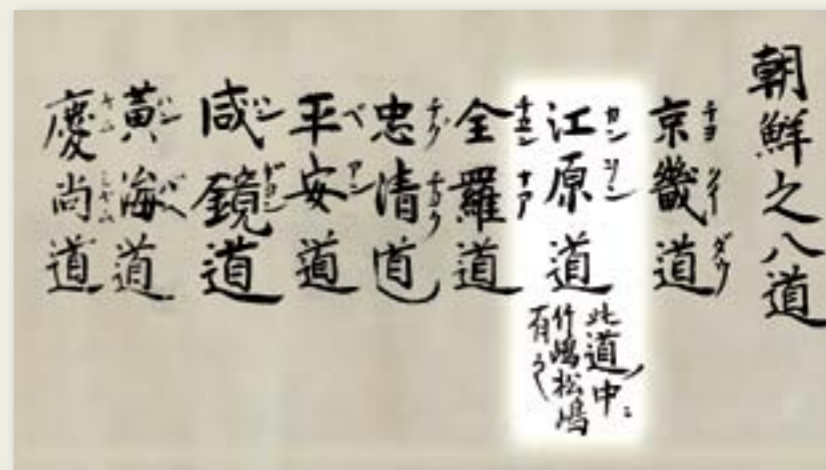
De acordo com o “Memorando em um Volume Respeitante ao Barco Coreano que Costeou ao Lado do Cais no Nono Ano de Genroku [1696]” (Genroku kyu heishi-nen Chosen fune chakugan ikkan oboegaki), Anh Yong-bok afirmou que Takeshima [Ulleungdo] e Matsushima [Dokdo] estavam sob a jurisdição da Província de Gangwon, em Joseon. Isto sustenta a afirmação de Ahn nos Verdadeiros Registos do Rei Sukjong. (Ver Mate-

rial 8.)

O Japão também duvida do relatório de Ahn segundo o qual ele teria encontrado pescadores japoneses em Ulleungdo no quinto mês de 1696, baseando-se no facto de a navegação para a ilha ter sido proibida no primeiro mês do mesmo ano. No entanto, a ordem do Xógum de Edo proibindo a

navegação para Ulleungdo, emitida no 1º mês de 1696, não foi de imediato entregue às famílias Oya e Murakawa. Joseon só recebeu essa ordem no 10º mês do mesmo ano. Portanto, não é razoável pôr em causa a afirmação de Ahn apenas porque essa proibição foi emitida no 1º mês.

### MATERIAL 8. Relato Oral do “Memorando em Um Volume Respeitante ao Barco Coreano que Costeou ao Lado do Cais no Nono Ano de Genroku [1696]”



Este é um documento japonês relatando as atividades de Ahn durante a sua segunda visita ao Japão. De acordo com este relato, Ahn afirmou claramente que Takeshima [Ulleungdo] e Matsushima [Dokdo] pertenciam à Província Coreana de Gangwon.

## O Japão afirma que reiterou a sua intenção de reivindicar a soberania sobre Dokdo ao incorporar a ilha na Prefeitura de Shimane em 1905

Depois de receber uma solicitação de Nakai Yozaburo, residente da Ilha de Oki, Prefeitura de Shimane, para incorporar Dokdo em território japonês, o governo japonês reafirmou, por intermédio de uma decisão ministerial datada de janeiro de 1905, a sua intenção de reivindicar a soberania sobre a ilha. Conseqüentemente, em fevereiro desse ano, o governador da Prefeitura de Shimane emitiu uma nota oficial ordenando que Dokdo passasse para a jurisdição do gabinete de Okinoshima da Prefeitura de Shimane.

### O que o Japão afirma não é verdade porque...

## o Japão ocupou ilegalmente Dokdo durante a Guerra Russo-Japonesa de 1905.

Em janeiro de 1905, durante a Guerra Russo-Japonesa, o Japão incorporou Dokdo com o argumento de aquisição de soberania sobre terra nullius (terra de ninguém). Contudo, esta justificação passou a “uma reafirmação da intenção de o Japão reivindicar a soberania sobre Dokdo”, porque este país se apercebeu de que o seu próprio argumento segundo o qual “Dokdo sempre foi território japonês” e a “ocupação de terra nullius” eram contraditórios. O direito de “ocupação de terra nullius”, reclamado pelo Japão, contradizia o seu argumento anterior de que Dokdo nada tinha a ver com o Japão, o que é também confirmado pela Diretiva do Conselho de Estado (Dajokan) de 1877.

A Guerra Russo-Japonesa começou em 1904, quando a Marinha Japonesa desencadeou um ataque surpresa contra a Frota Russa do Pacífico em Port Arthur e Jemulpo. A Marinha Japonesa construiu torres de vigia na ilha de Jeju, na ilha de Geomun e em Ulsan a fim de controlar os movimentos

da frota russa. Em agosto de 1904, duas torres de vigia foram também instaladas em Ulleungdo, ações que enfatizaram o valor estratégico de Dokdo.

Nakai Yozaburo sabia que Dokdo pertencia a Joseon. Pretendia apresentar ao governo de Joseon, por intermédio do governo japonês, um pedido de cedência da ilha. Contudo, em vez disso, pressionado pelos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Departamento da Marinha Japonesa, o que Nakai apresentou ao governo japonês, em setembro de 1904, foi uma petição para anexar Dokdo.

O Ministério japonês da Administração Interna tentou rejeitar esta petição com base na opinião de que “os ganhos seriam ínfimos e a situação se tornaria grave caso a aquisição de uma ilhota árida (Dokdo) que se suspeitava ser território coreano... amplificasse as suspeitas de vários países estrangeiros a respeito da ambição do Japão de anexar a Coreia.” Contudo, o Ministério japonês dos Ne-

gócios Estrangeiros acabou por anexar a ilha sob pretexto de que os navios de guerra hostis seriam mais bem controlados se ali se construíssem torres de vigia e instalassem cabos submarinos

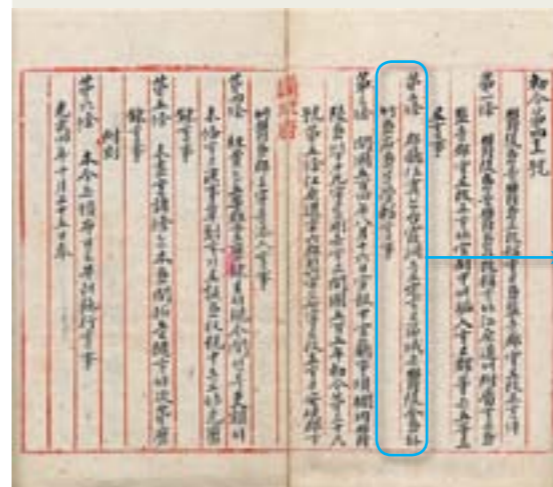
A incorporação de Dokdo pelo Japão em 1905 carece de legitimidade à luz do direito internacional. O Japão afirma ter anexado a ilha ao abrigo do direito de “ocupação de terra nullius”. Mas a Coreia já tinha estabelecido a sua soberania sobre Dokdo em tempos muito antigos, tendo-a depois, modernamente, reafirmado ao emitir a Lei Imperial nº 41 (ver Material 9) de 25 de outubro de 1900.

O Japão notificou e consultou os países ocidentais, incluindo os Estados Unidos, sobre a incorporação de Dokdo no seu território. Mas a Coreia nunca recebeu qualquer inquérito ou notificação respeitante a esta incorporação unilateral. Em março de 1906, o governador de Uldo (Ulleungdo) tomou conhecimento da incorporação por funcio-

nários japoneses da Prefeitura de Shimane de visita a Ulleungdo. No dia seguinte, reportou a situação ao governo central, com sede em Seul, e ao governador da Província de Gangwon. Ao receber esta informação, o Ministério do Interior e o Ministro do Conselho de Estado afirmaram não ter o Japão qualquer fundamento para reivindicar a sua soberania sobre Dokdo, tendo dado início a uma investigação dos factos relacionados com esta ação do Japão. (Ver Material 10.) Privado dos seus direitos diplomáticos na sequência do tratado de protetorado de novembro de 1905, o governo coreano não podia encetar nenhuma iniciativa diplomática contra esta situação. Contudo, jornais coreanos como o Diário Daehan (Daehan maeil sinbo) (1 de maio de 1906) (ver Material 11) e o Jornal Hwangseong (Hwangseong sinnum) (9 de maio de 1906), publicaram artigos protestando contra este ato da parte do Japão.

## MATERIAL 9. Lei Imperial Coreana Nº 41 e Jornal Oficial

### ▼ Lei Imperial Coreana Nº 41



### Jornal Oficial contendo a Lei Imperial Coreana nº 41 ►



“Artigo 2. A sede do Gabinete do Município será em Taeha-dong, e quanto à jurisdição, o Município administrará o conjunto de Ulleungdo, Jukdo e Seokdo.”

A Coreia rebatizou Ulleungdo como Uldo e elevou o mais alto posto administrativo em Ulleungdo a Magistrado do Município de Uldo. Ao Magistrado do Município foi concedida autoridade sobre o conjunto de Ulleungdo, sobre Jukdo e Seokdo. A Lei Imperial Coreana Nº 41 foi publicada no Jornal Oficial da Coreia Nº 1716 em 27 de outubro de 1900.





**O Japão afirma** que, ao redigir o Tratado de Paz de San Francisco, os Estados Unidos sugeriram que Dokdo está sob jurisdição do Japão

Durante a redação do Tratado de Paz de San Francisco, o Japão não incluiu Dokdo como uma das áreas a que o Japão deveria renunciar. Em consequência, Dokdo não foi incluída no Tratado de Paz de San Francisco, assinado em setembro de 1951, como área a que o Japão deveria renunciar.

**O que o Japão afirma não é verdade porque...**

**o Tratado de Paz de San Francisco é posterior à Declaração do Cairo e à Declaração de Potsdam.**

Até o Tratado de Paz de San Francisco entrar em vigor, após a Segunda Guerra Mundial, o Quartel-General das Forças Aliadas tratava Dokdo como separada do Japão. O Quartel-General aplicara a SCAPIN – 667 (29 de janeiro de 1946), a qual estabelece que Dokdo, juntamente com Ulleungdo, pertence à área excluída da autoridade governamental ou administrativa do Japão. (Ver Material 12.)

\* SCAPIN – 667 : Separação Governamental e Administrativa do Japão de Algumas Áreas Afastadas

“3. O propósito desta diretiva é definir o Japão como incluindo as quatro ilhas principais do Japão (Hokkaido, Honshu, Kyushu e Shikoku) e aproximadamente mil ilhas adjacentes mais pequenas,... excluindo (uma) ilha Utsuryo (Ulleung), as Rochas Liancourt [ou seja, Dokdo]...”

A decisão das Forças Aliadas de excluir Dokdo do território japonês constituiu uma das medidas do pós-guerra cujo objetivo era implementar a Declaração do Cairo (1943) e a Declaração de Potsdam (1945), que obrigavam o Japão a renunciar a territórios que ocupara “violenta e gananciosamente”. Portanto, Dokdo foi justamente considerada como área a que o Japão deveria renunciar, por ser território coreano violenta e gananciosamente usurpado por este país durante a Guerra Russo-Japonesa.

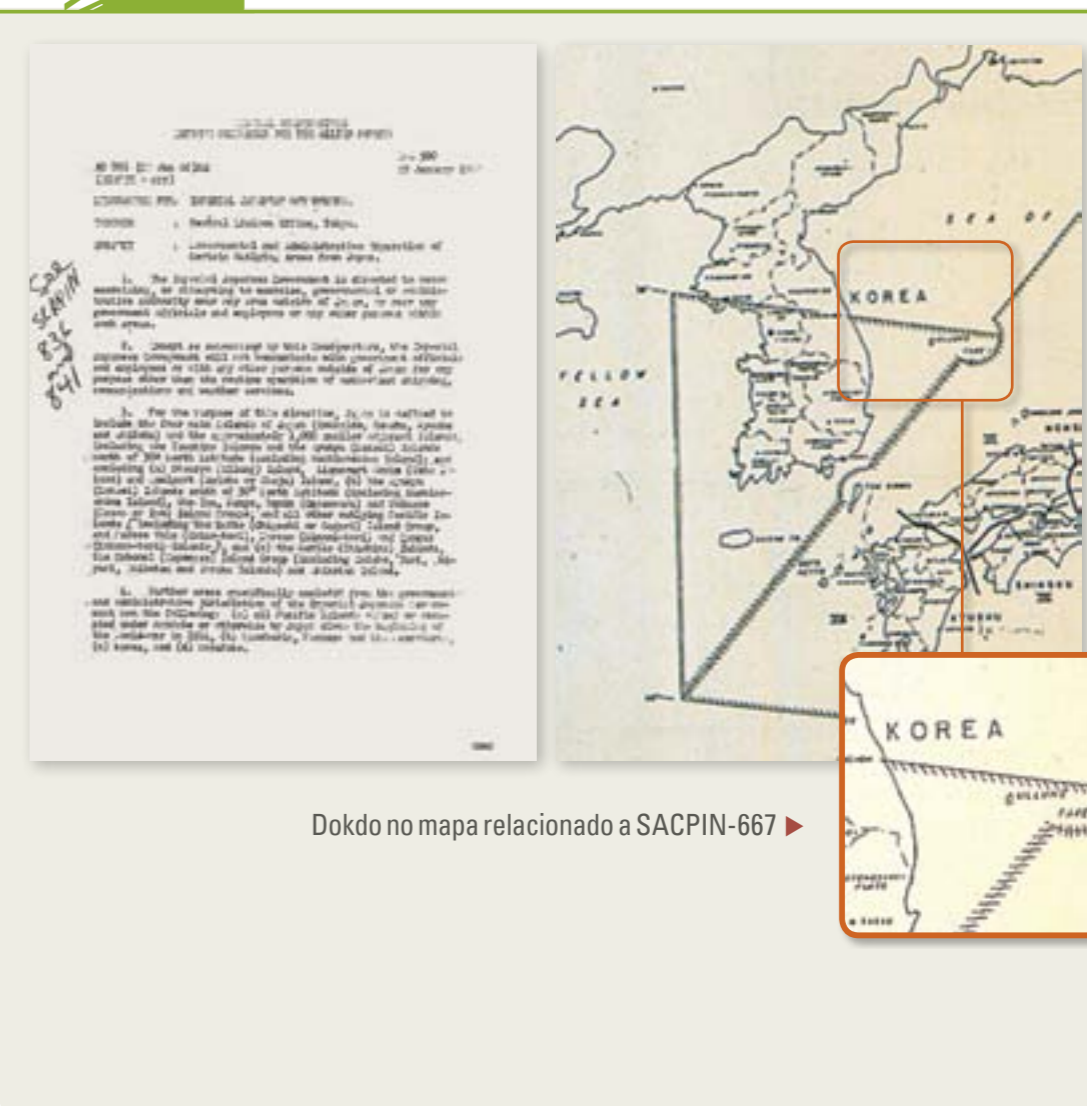
Estas medidas das Forças Aliadas estão contempladas no Tratado de Paz de San Francisco, assinado em setembro de 1951. Embora Dokdo aí não seja explicitamente mencionada, é perfeitamente natural considerar a ilha como parte do território coreano a que o Japão deve renunciar. Nem mesmo ilhas maiores do que Dokdo são referidas no tratado, porque era impossível mencionar todas as ilhas da República

da Coreia. A isto acresce que a “Nota Rusk” na qual o Japão se baseia para reivindicar a sua soberania sobre Dokdo, não tem efeito legal para determinar a soberania sobre a ilha, porque esta nota apenas reflete a opinião dos Estados Unidos, e não a opinião das Forças Aliadas como um todo.

Dokdo voltou a ser reivindicada como ilha

pertencente à Península Coreana assim que as Forças Aliadas ganharam a guerra, em agosto de 1945, e o governo da República da Coreia se formou, em 15 de agosto de 1948, de acordo com uma resolução das Nações Unidas. O Tratado de Paz de San Francisco apenas confirma estes factos.

**MATERIAL 12. SCAPIN – 677 (29 de janeiro de 1946) e Mapas Relacionados**



Dokdo no mapa relacionado a SACPIN-667 ▶

O Japão  
afirma

que a designação de Dokdo como local de bombardeamento para treino militar das forças dos Estados Unidos no Japão prova que Dokdo era considerada como parte do território japonês

Em julho de 1952, a Comissão Conjunta Japão - Estados Unidos, com o objetivo de implementar o Acordo Administrativo entre estes dois países, designou Dokdo como local de treino de bombardeamento para as forças dos Estados Unidos estacionadas no Japão. O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão anunciou-o no seu jornal oficial.

O que o Japão afirma não é verdade porque...

a Força Aérea dos Estados Unidos excluiu de imediato Dokdo da sua área de treinos de bombardeamento na sequência de um protesto coreano.

Dokdo era um local de pesca importante para os pescadores coreanos. Mas o Japão levou as forças dos Estados Unidos a designar a ilha como local de treino para bombardeamentos, embora tal decisão tenha muito possivelmente infligido perdas significativas de vidas entre os pescadores coreanos que trabalhavam nas imediações da ilha. (Ver Material 13.) Este facto é também confirmado por alguns minutos de reunião da Assembleia Nacional do Japão.

\*As palavras seguintes foram trocadas entre Yamamoto Toshinaga, membro da Assembleia da Prefeitura de Shimane, e Ishihara Kanichiro, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, durante uma reunião da comissão dos Negócios Estrangeiros realizada a 23 de maio de 1952.

Yamamoto: "Quanto à designação da área de treino

militar para as Forças de Ocupação, penso que, se as imediações de Dokdo assim forem designadas, isso ajudará o Japão a obter a confirmação da sua soberania territorial sobre a ilha. Por favor, diga-me se é isso o que o Ministério dos Negócios Estrangeiros pretende.

Ishihara: "Parece que várias iniciativas estão a ser tomadas com base nessa ideia.

No entanto, em novembro de 1952, assim que o governo coreano protestou, junto da Força Aérea dos Estados Unidos, pelo bombardeamento sobre Dokdo, esta excluiu de imediato a ilha da sua área de treinos de bombardeamento. E a Embaixada dos Estados Unidos na República da Coreia enviou uma nota oficial da decisão ao governo coreano.



Alguns pescadores coreanos perderam a vida devido ao bombardeamento de Dokdo pelas forças dos Estados Unidos em junho de 1948. O Quartel-General da Força Aérea dos Estados Unidos no Extremo Oriente descreveu o bombardeamento como "acidente" e anunciou que suspenderia os seus treinos na ilha. Em junho de 1950, realizou-se a cerimónia de inauguração de um memorial às vítimas com a presença do Governador da Província de Gyeongsang Norte.

## O Japão afirma que a República da Coreia está a ocupar ilegalmente Dokdo

A República da Coreia está a ocupar ilegalmente Dokdo sem qualquer legitimidade para o fazer à luz do direito internacional. Em consequência, todas as medidas tomadas pelo governo coreano a respeito de Dokdo não têm legitimidade. Portanto, o Japão protesta contra as medidas tomadas e exige que sejam anuladas.

### O que o Japão afirma não é verdade porque...

## a República da Coreia está a exercer a sua soberania legítima sobre Dokdo.

O Japão anexou Dokdo por meio da Notícia da Prefeitura de Shimane em 1905 e o Governo Geral Japonês da Coreia começou a administrar ilegalmente a Coreia a partir de 1910. No entanto, como as Forças Aliadas ganharam a Segunda Guerra Mundial, a Coreia readquiriu a sua soberania sobre Dokdo. Imediatamente após a sua fundação, em agosto de 1948, a República da Coreia estabeleceu um endereço para Dokdo (1, Dodong, Nam-myeon, Uleung-gun, Província de Gyeongsang Norte) e começou a exercer a sua soberania sobre a ilha, facto a que nem as Forças Aliadas nem o Japão levantaram qualquer objeção.

Agora a ilha tem moradores. Polícias e fun-

cionários públicos sul-coreanos estão a proteger a ilha e a fazer funcionar várias instalações, como um farol e um detetor de radiações, ao longo de todo o ano. (Ver Material 14.) Atualmente, operam-se travessias a partir de Ulleungdo entre esta ilha e Dokdo. Todos os anos 100 mil turistas coreanos e estrangeiros visitam Dokdo.

O governo da República da Coreia designou a ilha como "Monumento Natural Nº 336: Território de Nidificação de Aves Marinhas de Dokdo" em 1982, e como "Área Ambiental Protegida" em 1999. O governo da República da Coreia exerce, pois, uma firme soberania territorial sobre Dokdo com base em fundamentos legais.



▲ Casas de residentes em Dokdo



▲ Farol e detetor de radiações instalados em Dokdo

## O Japão afirma

que, embora tenha proposto à República da Coreia a apresentação de um processo relativo a Dokdo no Tribunal Internacional de Justiça, a República da Coreia se recusa a fazê-lo.

O Japão propôs à República da Coreia que apresentasse a questão de Dokdo ao Tribunal Internacional de Justiça em setembro de 1954 e em março de 1962. Contudo, o governo da República da Coreia recusa-se a fazê-lo.

## O que o Japão afirma não é verdade porque...

**Dokdo é um símbolo da independência da República da Coreia. Não há qualquer razão para apresentar esta questão ao Tribunal Internacional de Justiça.**

É um facto óbvio que Dokdo faz parte integrante do território coreano, tanto à luz da história e da geografia, como à luz do direito internacional. A República da Coreia exerce hoje de pleno direito os seus poderes legislativos, administrativos e judiciais sobre a ilha. (Ver Material 15). Portanto, Dokdo não pode ser objeto de nenhuma negociação diplomática, nem de nenhuma resolução judicial.

Em resposta à proposta do governo japonês, datada de 1954, de apresentar esta questão ao Tribunal Internacional de Justiça, o governo da República da Coreia tornou pública a seguinte posição, que se tem desde então mantido inalterável:

A proposta do governo japonês é uma mera tentativa de mais uma falsificação disfarçada de

processo judicial. A República da Coreia exerce soberania sobre a ilha e não tem de provar os seus legítimos direitos no Tribunal Internacional de Justiça.

Dokdo foi a primeira vítima da invasão japonesa da Coreia. A persistente e irracional reivindicação do Japão a respeito da ilha leva os coreanos a suspeitar de que o Japão talvez tencione invadir novamente a Coreia. Para os coreanos, Dokdo não é apenas uma pequena ilha no Mar do Leste, mas sim um símbolo da independência coreana.

Para que os dois países estabeleçam alicerces de paz e prosperidade no Nordeste da Ásia, cooperando, e para que a história não se repita, o Japão deveria, em primeiro lugar, renunciar às suas reivindicações infundadas sobre Dokdo.

